



ANAIS

DIAGNÓSTICO TÉCNICO E GERENCIAL DE PROPRIEDADES RURAIS BASEADO NOS PRINCÍPIOS DE ESG NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG.

JOÃO PAULO RODRIGUES ARCIPRETE

jparciprete@hotmail.com

UFSCAR

ANA PAULA RODRIGUES ARCIPRETE

paula_arciprete@yahoo.com.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

RESUMO: É fato que as atividades econômicas podem gerar impactos negativos no meio ambiente, questões sociais são cada vez mais discutidas e o aprimoramento de práticas de governança devem se preocupar em mitigar tais problemas. No agronegócio não é diferente. Com isso, a partir de discussões e provocações aos principais gestores das maiores empresas do mundo, em 2004 foi utilizado pela primeira vez o termo ESG (termo em inglês para ambiental, social e governança). Assim esse estudo buscou apresentar um diagnóstico técnico e gerencial de propriedades rurais baseado nos princípios de ESG no município de São Sebastião do ParaísoMG/Brasil. Os agricultores responderam um questionário que abordou os pilares ambiental, social e de governança. Como resultado foi identificado que ações relativas às questões ambientais já fazem parte da realidade da maioria dos agricultores, mesmo que notadamente alguns pontos possam ser aprimorados. Por outro lado, os pilares social e governança necessitam de maior atenção e desenvolvimento para que questões trabalhistas e de segurança sejam respeitadas e a sucessão familiar, bem como a gestão do negócio não permaneçam sendo um problema no meio rural.

PALAVRAS CHAVE: Produtor Rural; ESG; Sustentabilidade; ODS; Propriedade Rural; Agronegócio.

ABSTRACT: The economic activities can generate negative impacts on the environment, social issues are increasingly discussed, and the improvement of governance practices must be concerned with mitigating such problems. In agribusiness it is no different. As a result, based on discussions and provocations to the main managers of the largest companies in the world, in 2004 the term ESG (Environmental, Social and Governance) was used for the first time. Therefore, this study sought to present a technical and managerial diagnosis of rural properties based on ESG principles in the municipality of São Sebastião do Paraíso in the interior of the state of Minas Gerais, Brazil. The farmers responded to a questionnaire that addressed the environmental, social and governance pillars. It was identified that actions related to environmental issues are already part of the reality of most farmers, even though notably some points can be improved. On the other hand, the social and governance pillars need greater attention and development so that labor and safety issues are respected and family succession, as well as business management, do not remain a trouble in rural areas.

KEY WORDS: Farmer; ESG; Sustainability; ODS; Rural property; Agribusiness.

1. INTRODUÇÃO

No final da década de 1980 foi apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento um documento chamado Relatório de Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”. Tal documento defendia que, enquanto a população não fosse atendida em suas necessidades básicas como saúde, educação, alimentação e moradia o desenvolvimento sustentável nunca seria possível (SUGAHARA E RODRIGUES, 2019). Segundo Ruschmann, (2010) as questões ambientais são discutidas há décadas ao passo que as atividades econômicas vem ocasionando impactos negativos no meio ambiente.

Em busca de minimizar os impactos negativos e potencializar impactos positivos causados por organizações ao redor do mundo. Em 2004, foi lançado um desafio aos principais líderes de grandes corporações mundiais. Esse desafio culminou em um conjunto de padrões e boas práticas sustentáveis para questões ambientais, sociais e de governanças conhecidos como ESG, termo referente às iniciais, em inglês, de Environmental (Ambiental), Social (Social) e Governance (Governança) (SOLER E PALERMO, 2023).

Visto essas serem as maiores preocupações do Século XXI, preservação da natureza e do meio ambiente, bem como a conquista das necessidades básicas dos indivíduos (ONU, 2020) a Organização da Nações Unidas (ONU), por meio de conferências com a participação de lideranças mundiais dos setores público e privado, veio ao longo do tempo intensificando os debates sobre os impactos ambientais e sobre a necessidade de se promover um desenvolvimento sustentável (ONU 2020). Assim, em 2015 durante a 70ª Assembleia Geral da ONU, líderes mundiais de 193 países acordaram a definição de uma nova agenda global para os próximos 15 anos. Essa nova agenda busca atender necessidades universais em cinco áreas: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (PNUD, 2023).

Na esteira das preocupações e desafios mundiais, bem como a necessidade de se adequar a um público cada vez mais exigente e preocupado com as questões ambientais e sociais que assolam o mundo, o agronegócio busca se adequar, ao mesmo tempo que também procura aumentar sua produtividade sem deixar de ser competitivo. Para tanto, busca cada vez mais incorporar práticas agrícolas sustentáveis alinhadas as preocupações globais e os pilares de ESG (CAMPOS FILHO E OLIVEIRA, 2023).

Assim, esse artigo tem o objetivo de apresentar um diagnóstico das propriedades rurais em um município do interior mineiro onde a cafeicultura tem enorme representatividade cultural, política e econômica. Para tanto, esse estudo apresenta cinco seções. A introdução ao tema do trabalho e o referencial teórico utilizado no estudo. Já a terceira seção descreve o

método de pesquisa adotado, seguida da quarta seção onde são apresentados os resultados obtidos e, finalmente as considerações finais do estudo.

2. REVISÃO TEÓRICA

SUSTENTABILIDADE E ESG

No início dos anos 70 durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, surgiu o conceito do desenvolvimento sustentável como uma questão proeminente. Essa ideia ganhou corpo nas conferências seguintes, incluindo a Eco-92 no Rio de Janeiro, a Conferência de Kyoto em 1997 e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo em 2002 (CAMPOS FILHO E OLIVEIRA, 2023).

Partindo-se da perspectiva de que a sustentabilidade tem se solidificado como uma força propulsora de novos modelos econômicos, pautados no equilíbrio de valores financeiros, sociais e ecológicos, faz-se necessário desenvolver um plano de sustentabilidade. Os negócios, sejam eles rurais ou urbano, precisam de diretrizes e ações que contribuam para se tornarem ambiental e socialmente sustentáveis (SEBRAE, 2024). O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), ressalta ainda, que todos os negócios geram impactos e que empresas sustentáveis são abrangentes, tendo que suas ações se iniciam na concepção do negócio, tornando-o sustentável em busca de ocasionar zero impacto ao planeta e às pessoas (SEBRAE, 2015).

Segundo Veloso e Agostinho (2017), são vários os benefícios para os negócios e comunidades ao entorno de empresas com ações sustentáveis em sua operação e gestão. Entre esses benefícios se destacam o maior potencial de lucratividade e vantagem competitiva, queda dos custos com a redução do uso de energia, água e insumos, marketing verde e atração de consumidores ambientalmente conscientes (VELOSO E AGUSTINHO, 2017).

Nesse sentido, com o objetivo de ampliar a pauta e na busca de soluções e fretamento dos problemas globalmente enfrentados, também durante a 70ª Assembleia Geral da ONU em 2015, foi definida de uma nova agenda global para os próximos 15 anos com objetivos e metas globais interconectadas, a serem atingidos até 2030, a então chamada “Agenda 2030” (ONU, 2020). São 17 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 as metas que demonstram a escala e a ambição da nova agenda universal, baseados nos já citados cinco eixos: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parceria (PNUD, 2020).

ANAIS

No entanto, cerca de 11 anos antes da definição de uma agenda em busca do desenvolvimento sustentável, em 2004, o então secretário da ONU fez uma provocação aos Chief Executive Officer (CEOs) de grandes instituições financeiras, utilizando-se pela primeira vez da sigla ESG (Environmental, Social and Governance), em um relatório produzido em parceria pelo Pacto Global e o Banco Mundial, intitulado “Who Cares Wins” ou “Quem cuida ganha”, (REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL, 2023).

Vale destacar que o forte movimento do ESG se iniciou a partir da percepção sobre os riscos financeiros relacionados à dependência da economia mundial sobre os recursos naturais como, por exemplo, o clima, a água, o solo e a biodiversidade, os quais estão se tornando mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas e dos eventos extremos (SENAR, 2023)

ESG está intimamente conectado aos ODS e para Krug (2023), trata-se de um conjunto de boas práticas empregadas com o intuito de garantir a sustentabilidade dos negócios. Nesse sentido, os princípios de ESG se baseiam claramente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, nos Princípios do Pacto Global e não obstante nos Princípios para o Investimento Responsável.

As práticas em ESG se desenvolveram na última década com destaque e maior interesse nos últimos 4 anos a partir de 2020. Com o interesse de grandes investidores sobre o assunto, diversas empresas incorporaram ações e informações relativas a ESG em suas estratégias e relatórios assim como o mercado tem promovido o desenvolvimento de novos produtos ligados ao tema como os títulos verdes, que direcionam recursos para projetos que visam o aprimoramento em resultados ambientais (CAMPOS FILHO E OLIVEIRA, 2023).

Considerando os três pilares que sustentam as práticas ESG, o pilar ambiental trata de políticas e/ou práticas com o objetivo de garantir a conservação dos recursos naturais, a gestão de resíduos, a redução de emissões de gases de efeito estufa, a eficiência energética, a biodiversidade, o desmatamento, a escassez da água, redução dos impactos ambientais nos processos produtivos, menor desperdício de recursos nos processos de produção, combate ao desmatamento e uso sustentável do solo (BASSO; GARCIA E OLIVEIRA, 2023).

Já o pilar social diz respeito à forma como a organização lida com seus colaboradores (questões trabalhistas e desenvolvimento), clientes e a comunidade, aspectos ligados à diversidade e inclusão, à proteção de dados, saúde e segurança dos funcionários (BASSO; GARCIA; OLIVEIRA, 2023).

Por fim, o pilar Governance (Governança) aborda questões administrativas como as ações de gestores e demais setores como: questões de transparência, equidade, prestação de

ANAIS

contas, conformidade, gestão de riscos, bem como a comunicação das ações interna e externamente (MARTINS et. al 2018).

Nesse sentido o Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR, 2023), apresenta alguns exemplos de ações que o produtor pode adotar nos pilares ambiental, social e governança. Assim, tem-se no pilar ambiental:

- Potencializar as áreas de recarga dos lençóis subterrâneos;
- Conservação do solo de qualidade com altos teores de matéria orgânica;
- Sistema plantio direto;
- Recuperação de pastagens degradadas;
- Fixação biológica de nitrogênio;
- Tratamento de dejetos animais;
- Intensificação da produtividade em áreas já convertidas;
- Recuperação da vegetação nativa em áreas de reserva legal e áreas de proteção permanente;
- Uso de sistemas de Irrigação localizados (como gotejamento, por exemplo);
- Uso de tecnologias de automatização do sistema de irrigação;
- Uso de equipamentos energeticamente mais eficientes (que consomem menos energia);
- Aproveitamento de resíduos orgânicos para gerar a própria energia elétrica via biodigestores;
- Adoção da energia solar como fonte alternativa de energia.

Já para o pilar Social o SENAR (2023) sugere aos produtores as seguintes ações:

- Apoio em projetos sociais em seu município;
- Abertura de canais de contato com a comunidade;
- Promoção de eventos que promovam o levantamento das demandas da comunidade;
- Implementação de programa de capacitação dos colaboradores de modo a permitir a evolução profissional;
- Implementar política de processos seletivos às cegas;
- Incluir em seu contrato de trabalho cláusulas que fortaleçam o combate ao trabalho forçado e trabalho infantil;
- Implementar cláusulas referentes ao tema em contratos com fornecedores, de modo a promover a implantação em toda cadeia de valor;

ANAIS

- Implantação de canais de comunicação dos colaboradores para alerta sobre riscos ocupacionais;
- Capacitação da mão de obra.

O SENAR (2023) sugere aos produtores que realizem ações que visem a transparência fiscal, a remuneração de acionistas (se for o caso), o planejamento estruturado de sucessão, a criação de comitês para avaliação de valores, gestão de riscos e lucratividade da empresa, o monitoramento e publicação das conformidades com equipe técnica especializada, além de criar sistema de relatórios financeiros (balanço patrimonial e fluxo de caixa).

Vale ainda ressaltar, devido às características, o desenvolvimento e a prevalência cafeeira na região alvo desse estudo, que o diagnóstico aqui relatado, considerou em suas questões alguns aspectos contemplados no Currículo de Sustentabilidade do Café (CSC). Esse documento foi criado em 2015, coletivamente por entidades de classe, institutos, associações e organismos de certificação, e foi baseado no documento “Produção Integrada de Café” de 2013, da Embrapa, e está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (GLOBAL COFFEE PLATFORM, 2015). O documento reúne um conjunto de temas centrais e fundamentais para a atuação em sustentabilidade na cafeicultura, tanto para o produtor quanto para o técnico/extensionista (GLOBAL COFFEE PLATFORM, 2015).

Por fim, considerando as ações sugeridas no CSC e pelo SENAR (2023) e a conexão entre as práticas ESG, como já relatado neste trabalho, junto aos ODS (ONU, 2020), vale destacar aqui alguns objetivos que podem ser impactados pelas práticas realizadas por produtores rurais que são os que seguem:

- Objetivo 2 - acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável ;
- Objetivo 5 - alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 8 - promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos ;
- Objetivo 12 - assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13 - tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- Objetivo 15 - proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação,

ANAIS

deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade (ONU, 2020).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa é classificada como um estudo de caso, de natureza exploratória, descritiva e quantitativa, o que segundo Yin (2001) pode ser utilizado em situações de estudos de ciência política, estudos organizacionais e gerenciais. Para Gil (2008) nesse tipo de estudo o objetivo é explorar o assunto e sua atuação prática através da coleta de dados para esclarecer e desenvolver alguns conceitos. Assim, como técnica de entrevista para esse trabalho foi escolhida a entrevista estruturada realizada com 51 produtores rurais do município de São Sebastião do Paraíso, no estado brasileiro de Minas Gerais. Os dados foram obtidos através de entrevistas realizadas pelos alunos do curso de graduação em agronomia de uma faculdade do município, no período entre julho e agosto de 2023, como parte de uma atividade prática da disciplina “Projetos Integradores”. O objetivo desse estudo foi o de realizar um diagnóstico técnico/gerencial baseado nos princípios de ESG, realizado com produtores rurais do município de São Sebastião do Paraíso.

Para alcançar seus objetivos esse trabalho conta com a revisão bibliográfica sobre sustentabilidade e o conceito de ESG e suas práticas para o setor agrícola com sugestões de ações a serem implementadas por produtores rurais em geral.

Assim, o diagnóstico é composto por 26 questões que versaram desde o tamanho da propriedade rural e a cultura a ser produzida, passando por questões baseadas nas práticas de ESG. Tem-se então questões de cunho ambiental, como práticas para redução do consumo de energia e água, bem como questões referente ao pilar social, como exigências trabalhistas e uso de equipamentos de proteção individual pelos colaboradores e por fim, questões sobre governança baseados na gestão da propriedade rural e sucessão familiar.

Por fim, encerrada a coleta de dados, esses foram exportados para uma planilha em Excel® e utilizada estatística descritiva para análise dos dados. Ao final os resultados foram apresentados em gráficos de pizza

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa seção será apresentado o resultado do diagnóstico técnico gerencial levando em consideração os princípios e práticas de ESG discutidos ao longo desse trabalho. Para tanto, inicialmente é importante caracterizar o grupo de produtores entrevistados.

ANAIS

Assim, como o município é predominantemente cafeeiro, 49 dos 51 produtores entrevistados possuem como atividade principal o cultivo de café em suas propriedades, 1 produtor é pecuarista e 1 produtor cultiva feijão como atividade principal. Cerca de um terço dos entrevistados possuem propriedades entre 1 e 10 hectares, aproximadamente 82% das propriedades, segundo que todos os entrevistados recebem assistência técnica e 72% das propriedades possuem manejo e colheitas mecanizadas. Por fim, vale ressaltar que aproximadamente 80% dos entrevistados afirmaram fazer análise de solo regularmente e 78% deles seguem recomendações técnicas para manejar a lavoura.

Caracterizado os entrevistados, apresenta-se a seguir as informações coletadas em entrevista com os produtores rurais segundo os pilares de ESG (ambiental, social e governança).

ESG: E de ambiental

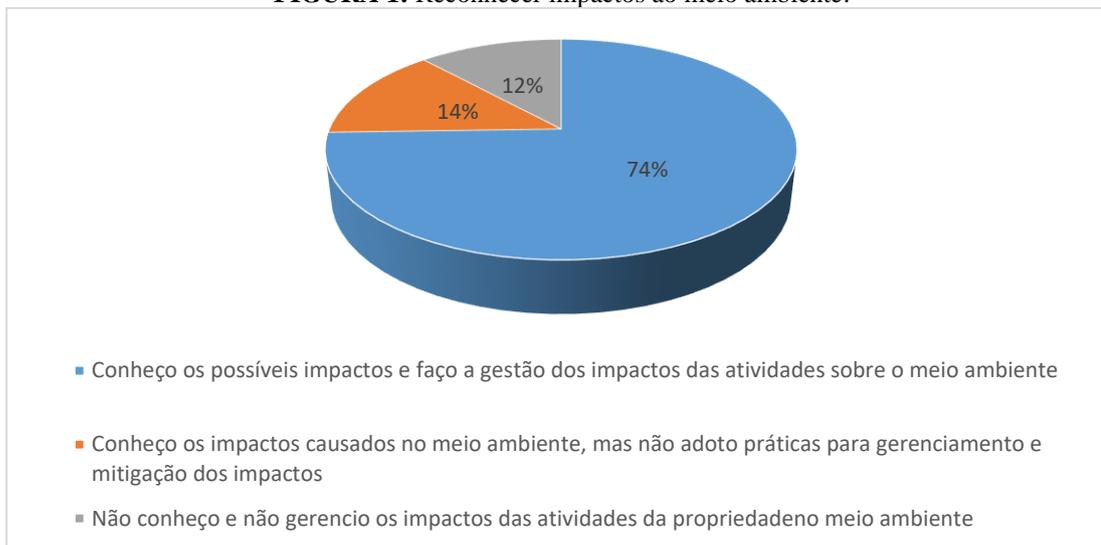
Levando-se em consideração os aspectos ambientais que se relacionam com o agronegócio. Os agricultores foram questionados quanto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Trata-se de um registro público obrigatório para todos os imóveis rurais, com o objetivo de integrar as informações ambientais referentes à situação das áreas de preservação permanente, reserva legal, florestas e dos remanescentes de vegetação nativa (BNDS, 2024). Assim, 98 % dos agricultores entrevistados afirmaram possuir tal documento.

Outra questão levantada junto aos agricultores foi quanto a existência ou não de um local apropriado para armazenagem e manuseio de agroquímicos. Cerca de 62% dos entrevistados afirmaram possuir local para manuseio e armazenagem, enquanto aproximadamente 21% disseram apenas armazenar em local apropriado. Por outro, lado cerca de 14% afirmaram que não possuem local para armazenagem e manuseio.

Os agricultores também foram questionados se reconhecem os possíveis impactos que sua atividade pode causar ao meio ambiente e se adota medidas de mitigação. A Figura 1 demonstra que 74% dos entrevistados afirmam conhecer e fazer a gestão de mitigação enquanto 12% dizem não conhecer os impactos que podem causar.

ANAIS

FIGURA 1: Reconhecer impactos ao meio ambiente.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Considerando inclusive as sugestões de ações propostas pelo SENAR, os entrevistados foram questionados quanto a implementação de ações para reduzir desperdícios de insumos, água e energia elétrica, como é possível observar nas figuras 2, 3 e 4 a seguir.

Quanto ao desperdício de insumos, 84% dizem implementar ações de redução de desperdícios. Já para o desperdício de água esse percentual é de aproximadamente 75% e de energia elétrica chega a 63% dos entrevistados.

FIGURA 2: Desperdício de insumos



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

ANAIS

FIGURA 3: Desperdício de água



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

FIGURA 4: Desperdício de energia elétrica



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Por fim, para encerrar as questões que se referem ao pilar ambiental, foi dado aos agricultores uma lista com diversas práticas agrícolas sustentáveis e solicitado que marcassem aquelas que utilizam em suas propriedades.

Os principais destaques foram: a cobertura de solo é realizada por cerca de 80% dos produtores; 76% disseram fazer a destinação correta do lixo; 74% não utilizam fogo na propriedade; a adubação verde é realizada por aproximadamente 60% dos agricultores e a utilização de produtos orgânicos no manejo é realizada por pouco mais de 50% dos entrevistados.

ESG: S de social

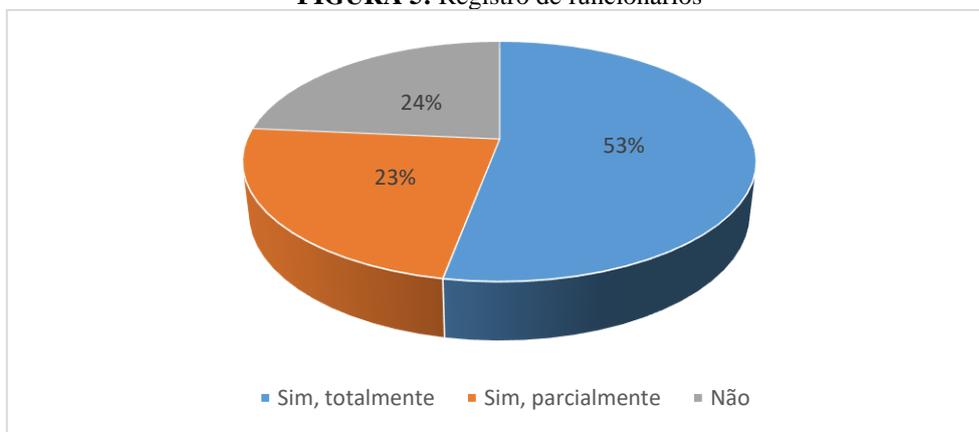
Encerrada a seção que trata das questões ambientais, nesta seção serão apresentados os resultados dos questionários relativos ao pilar Social.

Pensando na interação dos agricultores com a comunidade local, os agricultores foram questionados quanto aos seus colaboradores serem moradores do município ou não, bem como se eles apoiam ações ou causas sociais nos municípios. Cerca de 92% dos entrevistados afirmaram que seus colaboradores residem em São Sebastião do Paraíso e em torno de 64% dos entrevistados disseram apoiar causas ou ações sociais no município.

Na sequência, valendo-se das sugestões de ações já apresentadas neste trabalho, as figuras 5, 6 e 7 apresentam os resultados relativos às questões trabalhistas e de segurança dos funcionários.

Segundo a figura 5 cerca de 53% dos agricultores afirmam ter todos os seus funcionários registrados de acordo a legislação trabalhista enquanto os outros 47% registram apenas parte da equipe ou nenhum colaborador.

FIGURA 5: Registro de funcionários

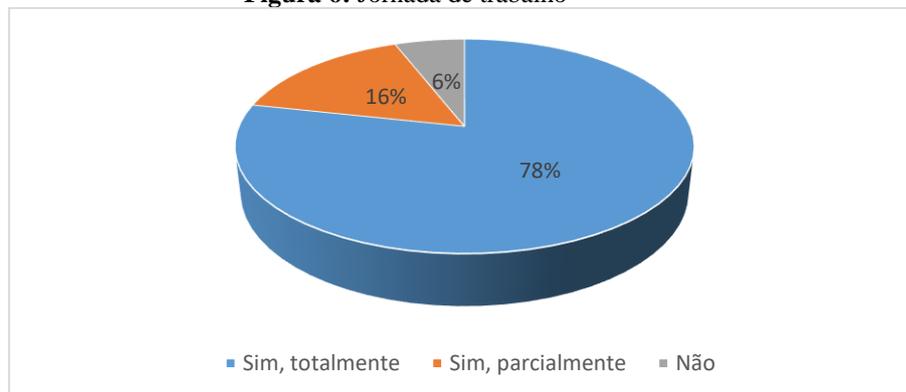


Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Quanto ao cumprimento da jornada de trabalho segundo a legislação, cerca de 78% dos agricultores disseram cumprir o determinado pela legislação enquanto os 22% restante atendem parcialmente ou não atendem;

ANAIS

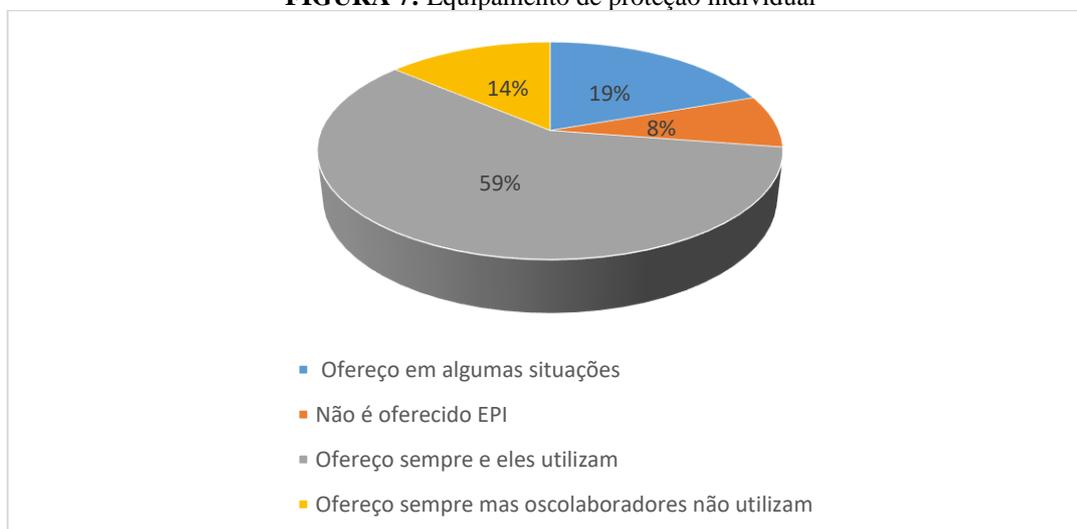
Figura 6: Jornada de trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Os agricultores foram questionados também quanto à disponibilização e uso de equipamentos de proteção individual. Segundo a figura 7, cerca de 59% dos entrevistados disseram oferecer o EPI e que os funcionários utilizam, aproximadamente 20% oferecem apenas em algumas situações, em torno de 14% dizem oferecer, mas os funcionários não utilizam e finalmente 8% dos respondentes afirmaram não oferecer EPI aos colaboradores.

FIGURA 7: Equipamento de proteção individual

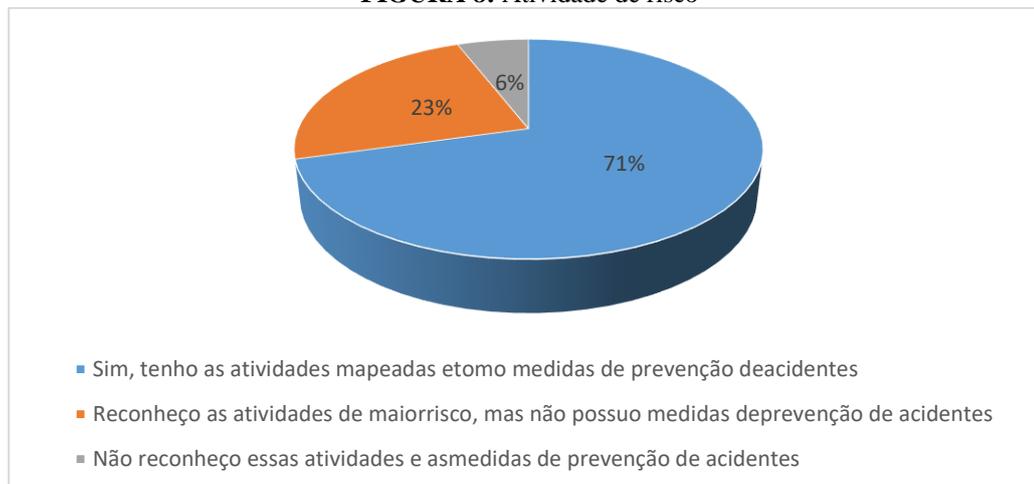


Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Por fim, com o intuito de minimizar potenciais acidentes de trabalho, os agricultores foram questionados quanto a conhecer potenciais riscos de acidentes e tomar medidas de segurança. Assim a partir da figura 8 é possível observar que pelo menos 71% dos respondentes afirmaram conhecer os potenciais riscos e tomar medidas para prevenção de acidentes. Já 23% dos agricultores disseram conhecer os riscos, mas não tomar medidas de prevenção.

ANAIS

FIGURA 8: Atividade de risco



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

ESG: G de governança

Encerrada a seção que trata das questões sociais, esse trabalho apresenta os resultados dos questionários relativos ao pilar Governança. As questões a seguir tratam de questões de gerenciamento da propriedade, sucessão familiar, custos de produção, metas e indicadores e gestão de fornecedores.

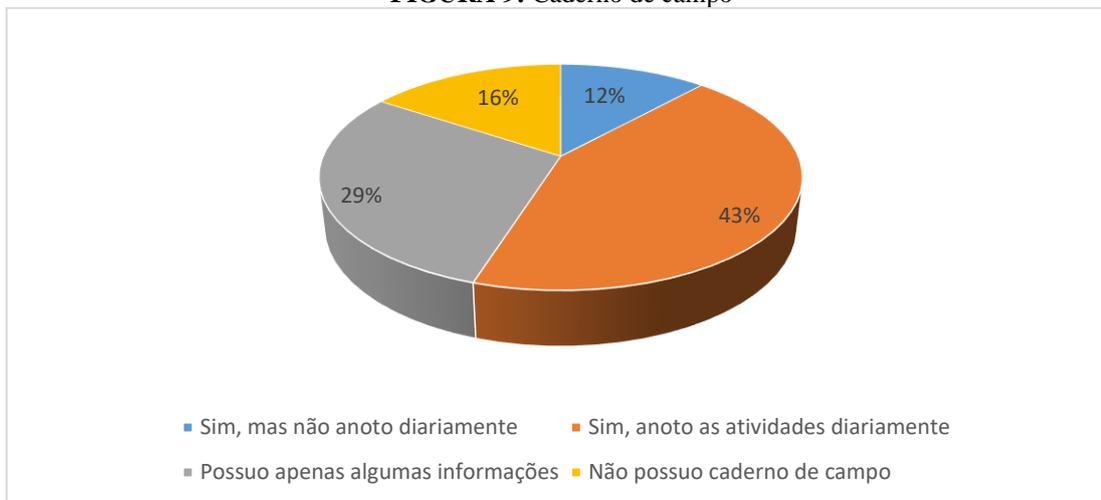
Assim, entre as informações mais relevantes coletadas estão que menos da metade dos agricultores contam com a presença dos filhos para o trabalho e gestão da propriedade, o que irá impactar no processo de sucessão familiar. Cerca de 70% dos agricultores estão ligados à cooperativas ou associações e a comercialização de seus produtos se dá por meio de cooperativas para mais de 76% dos entrevistados.

Seguindo, os agricultores foram questionados também quanto a existência de um caderno de campo para a gestão da propriedade. A figura 9 demonstra que cerca de 43% dos entrevistados possuem um caderno de campo e faz as anotações regularmente enquanto outros 16% não faz qualquer anotação.



ANAIS

FIGURA 9: Caderno de campo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Os entrevistados foram questionados ainda quanto ao planejamento gerencial e de produção da propriedade. Assim, de acordo a figura 10, pouco mais de 43% dos agricultores afirmaram fazer e aplicar o planejamento gerencial e técnico enquanto cerca de 20% deles afirmaram não fazer planejamento algum e aproximadamente 23% fazem apenas o de produção.

FIGURA 10: Planejamento gerencial e de produção



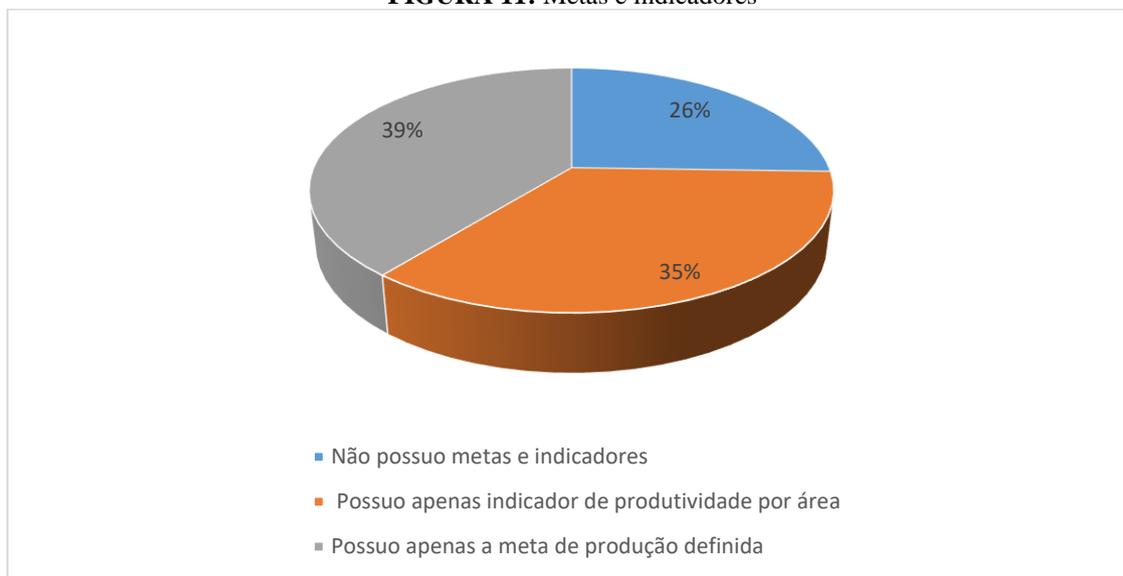
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Outra questão levantada junto aos agricultores foi a definição de metas e ou indicadores para auxiliar na gestão da propriedade. De acordo a figura 11, 35% dos entrevistados afirmaram

ANAIS

possuir apenas indicadores de produtividade por área. Outros 39% afirmam possuir apenas meta de produção definida enquanto cerca de 26% não possuem metas e indicadores definidos.

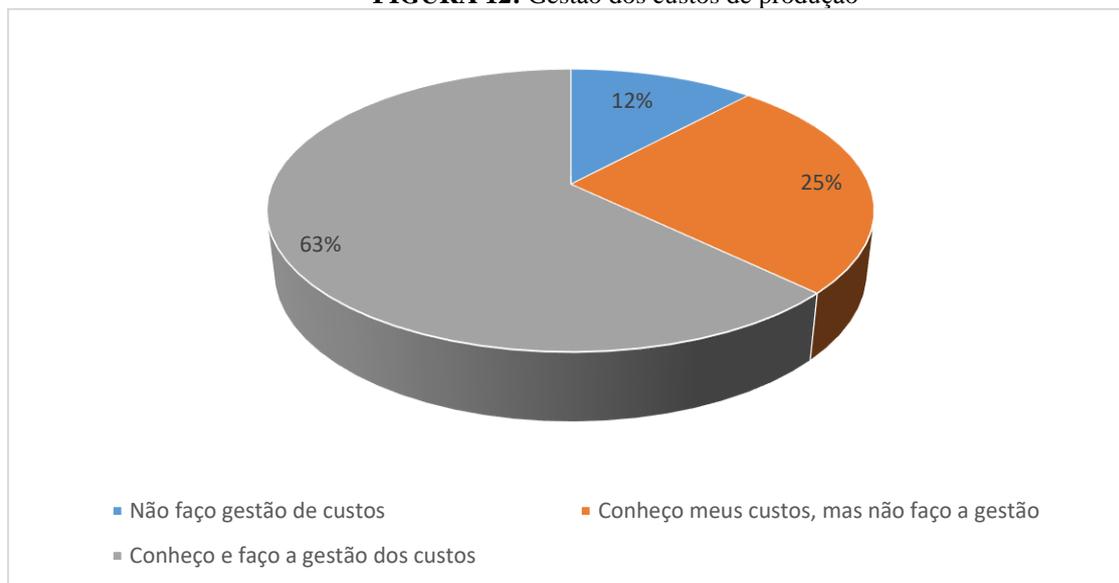
FIGURA 11: Metas e indicadores



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Por fim, encerrando o pilar governança, os agricultores foram questionados se conhecem seus custos de produção. Segundo a figura 12, cerca de 63% dos agricultores entrevistados afirmaram conhecer seus custos de produção e fazer sua gestão. Já 25% afirmaram conhecer os custos, mas não tomam nenhuma medida de gestão.

FIGURA 12: Gestão dos custos de produção



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi relatado nesse trabalho, as práticas ESG surgiram a partir da demanda do mercado financeiro e a preocupação crescente e justa com o impacto que as empresas causam no meio ambiente e na sociedade, bem como a governança para garantir a perenidade dos negócios considerando os três pilares de ESG (ambiental, social e de governança).

É fato que as práticas ESG estão em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os Princípios do Pacto Global, além dos Princípios para o Investimento Responsável. Todos os setores da economia buscam se adequarem e/ou incluir tais práticas em seus negócios. Para o agronegócio não é diferente.

Nesse sentido, práticas de conservação dos recursos naturais, gestão de resíduos, redução de emissões de gases de efeito estufa, eficiência energética, biodiversidade, redução do desmatamento, uso sustentável do solo, incentivo a diversidade e inclusão, proteção de dados, direitos trabalhistas, a saúde e segurança dos funcionários, bem como questões de transparência, equidade, prestação de contas, gestão de riscos, gestão da propriedade e sucessão familiar, são temas cada vez mais presente na realidade das propriedades rurais.

Assim, entende-se que esse trabalho alcançou seu objetivo principal de apresentar um diagnóstico técnico e gerencial, baseado nas práticas ESG, de agricultores do município de São Sebastião do Paraíso, no interior de Minas Gerais. O que se pode constatar é uma maior aderência às questões ambientais com destaque para 98% das propriedades possuírem o CAR, 84%, 75% e 63% dos respondentes afirmarem possuírem medidas para redução de desperdícios de insumos, água e energia elétrica respectivamente, além da utilização de técnicas de manejo sustentável como o uso de cobertura de solo. Já os pilares social e governança, são aqueles que demandam mais atenção e merecem um trabalho para ampliar seus resultados, visto que apenas pouco mais da metade dos agricultores afirmaram ter seus colaboradores registrados segundo a legislação trabalhista, cerca de 40% relataram não oferecer ou os trabalhadores não utilizarem EPI, apenas cerca de 43% dos produtores possuem planejamento gerencial e de produção. Por fim, apenas algo próximo à metade dos entrevistados disseram ter o envolvimento dos filhos na propriedade indicando um potencial problema de sucessão.

Visto os resultados apresentados, tem-se por um lado a possibilidade de se inferir que as ações relativas as questões ambientais parecem já fazer parte da realidade da maioria desses agricultores, mesmo que notadamente alguns pontos possam ser aprimorados. Por outro lado, os pilares social e governança necessitam de maior atenção e desenvolvimento para que

ANAIS

questões trabalhistas e de segurança sejam respeitadas e a sucessão familiar, bem como a gestão do negócio não permaneçam sendo um problema no meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSO, M; GARCIA, R; OLIVEIRA, H. ESG: A nova onda verde. E.book. e|investidor. São Paulo: Estadão, 2023. Disponível em: https://conteudos.einvestidor.estadao.com.br/e-book_esg

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Brasil, 2017. Disponível em: [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/cadastro-ambiental-](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/cadastro-ambiental-rural#:~:text=O%20Cadastro%20Ambiental%20Rural%20(CAR,remanescentes%20de%20vegeta%C3%A7%C3%A3o%20nativa%2C%20das)

[rural#:~:text=O%20Cadastro%20Ambiental%20Rural%20\(CAR,remanescentes%20de%20vegeta%C3%A7%C3%A3o%20nativa%2C%20das](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/cadastro-ambiental-rural#:~:text=O%20Cadastro%20Ambiental%20Rural%20(CAR,remanescentes%20de%20vegeta%C3%A7%C3%A3o%20nativa%2C%20das)

CAMPOS FILHO, E. S.; OLIVEIRA, E.C. As dimensões ESG aplicadas ao agronegócio: uma revisão sistemática de literatura. Revista GeSec. São Paulo, SP, Brasil v. 14, n. 11, p. 20304-20326, 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL COFFEE PLATFORM. Currículo de Sustentabilidade do Café. 2015. Disponível em: https://archive.globalcoffeeplatform.org/assets/files/Resources/Curr%C3%ADculo-de-Sustentabilidade-do-Caf%C3%A9-CSC_rev_mar.2017.pdf

KRUG, A. U. Cooperativismo, modelo de desenvolvimento sustentável: uma contribuição fundamentada nos princípios ESG para cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. 195 f. Tese de doutorado em Agronegócios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

MARTINS, V. A.; JEREMIAS JUNIOR, J.; ENCISO, L. F. Conflitos de agência, Governança Corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico. Iberoamerican Journal of Corporate Governance, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21434/IberoamericanJCG.v5i1.25>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). A ONU e o meio ambiente. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil – Ciclo 2018-2022. 2023. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-11/pnud_ciclo_brasil_18-22_v5_08-11_0.pdf.

ANAIS

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. ESG: Entenda o significado da sigla ESG (Ambiental, Social e Governança) e saiba como inserir esses princípios no dia a dia de sua empresa. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ESG/>.

RUSCHMANN, D. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 192p. 16. ed. Editora Papirus 7 Mares, 2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Dicas de sustentabilidade para pequenos negócios. 2015. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/artigos/dicas-de-sustentabilidade-para-pequenos-negocios.960fc4eae3ffb410VgnVCM2000003c74010aRCRD>.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Centro Sebrae de sustentabilidade. 2024. Disponível em: <https://sustentabilidade.sebrae.com.br/esg-environmental-social-and-governance>.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR). Práticas ESG no meio rural. Brasília, DF, 2023.

SOLER, F.; PALERMO, C. ESG (ambiental, social e governança): da teoria à prática. Editora Expressa. 2023. p.196.

SUGAHARA, C.R.; RODRIGUES, E. L. Desenvolvimento Sustentável: um discurso em disputa. Desenvolvimento em Questão, v. 17, n. 49, p. 30-43, 2019.

VELOSO, C.C.; AGUSTINHO, A.G.S. Sustentabilidade empresarial: estratégia das empresas inteligentes. Teoria e Prática. Appris Editora, 2017. p.111.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001